

DEFESA E SEGURANÇA EM TIMOR-LESTE¹

*Roque Rodrigues**

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

*“Se se perguntar a Timor-Leste onde nasceu,
Timor-Leste vai responder que nasceu em Lifau”*

Kay Rala Xanana Gusmão

O relacionamento entre Portugal e Timor-Leste é já longo, fez-se de diferentes fases, nem sempre foi pacífico, mas foi essencial na construção da singularidade de Timor-Leste. Quando se assinalam cinco séculos deste relacionamento, importa recuperar a história, visitar o passado, para melhor compreendermos o presente e, sobretudo, desenharmos o futuro das relações entre os dois países.

Os portugueses, dotados de poucos recursos mas com uma impressionante visão estratégica sobre o mundo, chegaram ao Oriente no final do século XV (Calecute, na Índia) – e ao Sudeste Asiático no início do século XVI (Malaca) –, na procura de rotas comerciais, atraídos pelas especiarias e outros produtos preciosos e lucrativos. Para além da exploração comercial, outras motivações terão estado

* Assessor do Presidente da República Democrática de Timor-Leste.

¹ As grandes ideias, as opiniões e a produção de conhecimento nascem das discussões apaixonadas, da partilha, entre pessoas com experiências e pontos de vista diferentes, que se interessam pelas mesmas problemáticas. O conhecimento de cada um de nós enriquece-se nestas discussões.

O presente artigo surge das discussões entre o autor, Roque Rodrigues, e uma amiga, Teresa Coelho.

na origem do processo expansionista português a Oriente, entre as quais se destaca o interesse em expandir a fé católica. Precisamente o comércio (sobretudo do sândalo) e a fé foram também as razões que levaram os portugueses, em plena era dos Descobrimentos, até à Ilha de Timor.

Com a chegada dos portugueses a Lifau, Oecusse, em cerca de 1515, chegaram também, e começaram a propagar-se pelo território, a religião católica e a Língua Portuguesa. Estes foram, claramente, dois elementos estruturantes da identidade timorense, que ajudaram a desenhar a sua singularidade e estão na base da construção da soberania do, agora, Timor-Leste.

A presença portuguesa na Ilha de Timor praticamente se limitou, durante séculos, à exploração do comércio e à propagação da fé. Efetivamente, apenas no início do século XX, e depois de uma história marcada por diversos momentos de instabilidade e revoltas – mesmo após a fixação da administração colonial portuguesa em 1702 com o Governador António Coelho Guerreiro e as campanhas de “pacificação” levadas a cabo por Celestino da Silva no final do século XIX – Portugal começou a afetar alguns recursos à melhoria das condições de vida na então colónia portuguesa. Ainda assim, era à Igreja que era confiado o papel central nesta matéria, sobretudo no que respeita à educação e ao apoio aos pobres. Ou seja, a responsabilidade que cabia à administração portuguesa era, na prática, implementada pela Igreja, através da missionação. E pela missionação, expandiu-se a fé católica e com ela a Língua Portuguesa², que se tornaram bases fundamentais da luta pela independência em Timor-Leste. Tal como a administração colonial soube criar alianças

² No final do século XIX e início do século XX, a Igreja apostou na educação e evangelização do povo, através da abertura de vários colégios e escolas, geridos por missionários e irmãs religiosas, como são exemplo os colégios para rapazes e raparigas em Soibada. A primeira escola pública, aberta em Díli, data apenas de 1915 (Thomas, 1994). Já nas décadas de 20 e 30, são recuperados vários colégios religiosos, que entretanto haviam fechado (durante o instável período que se seguiu à implantação da República em Portugal), e abertas novas escolas, com os mesmos propósitos: expandir a fé católica e educar o povo. Merecem destaque, nesta época, a Escola S. Francisco Xavier de professores-catequistas (que mais tarde daria origem à Escola de Professores de Posto Eng. Canto Resende) e o Seminário Menor de Nossa Senhora de Fátima (Andrade, 2012).

com os reinos locais, também a Igreja soube entrar na sociedade timorense, até então sobretudo animista, respeitando as crenças e tradições existentes.

Com uma relação por vezes conflituosa entre portugueses e timorenses, a ideia de libertação surgiu, pela primeira vez de forma clara desde o início da colonização, em 1912, após a implantação da República em Portugal, com a revolta de Manufahi. Esta terá sido, na verdade, a primeira expressão de um protonacionalismo que, apesar de ter sido anulado pela administração colonial, revelou que os timorenses começavam a ganhar consciência que dispunham de algo singular, diferente do meio que os rodeava, e que era possível ser Nação. A língua e a religião católica, fruto da relação com os portugueses estão, curiosamente, na base desta singularidade de Timor-Leste – o então Timor português, após a separação da Ilha entre Portugal e Holanda –, colocado entre o maior país muçulmano do mundo e as línguas indonésia (na Indonésia) e inglesa (na Austrália).

O caminho para a independência veio a ser, porém, ainda longo, difícil e com períodos particularmente dolorosos, assinalados com dois grandes genocídios: o primeiro durante a sangrenta ocupação japonesa em 1942; e o segundo durante os 24 anos de ocupação indonésia (1975 a 1999).

Em face da posição geográfica estratégica em que se encontra, e depois de ter sido alvo de disputa entre portugueses e holandeses, Timor-Leste volta a sê-lo, durante a II Guerra Mundial, agora entre duas potências alheias ao território: a Austrália, pelos Aliados, e o Japão, pelo Eixo. A ocupação japonesa tem lugar, apesar da neutralidade assumida por Portugal face ao conflito mundial, e a autoridade portuguesa é rapidamente anulada, tendo lugar o primeiro dos genocídios referidos. Até final da II Grande Guerra, Timor-Leste fica entregue à potência nipónica, só sendo retomada a administração portuguesa em 1945.

Com a independência de muitas ex-colónias europeias no pós-guerra, o regime português começava, entretanto, a ficar isolado no cenário internacional. Desafiado e debilitado por uma guerra colonial, fruto dos movimentos de libertação em África, Portugal inicia, então, sobretudo a partir dos anos 60, depois de séculos de colonização, um efetivo investimento em Timor-Leste, nos setores económicos (sobretudo na agricultura), na recuperação de infraestruturas e nos seto-

res sociais, incluindo a saúde e a educação. Apesar do investimento público, coube novamente à Igreja assumir o papel central na educação do povo.

O ensino, primário e profissional, e mais tarde do ciclo preparatório, expandiu-se por todo o território e foram recuperados ou construídos colégios e escolas. Para além da expansão das escolas públicas, o governo colonial subsidiava as escolas entregues aos missionários. Datam também desta época a recuperação e conversão do Liceu Dr. Francisco Machado (em Díli), a abertura da Escola Preparatória e Escola Comercial e Industrial Professor Silva Cunha, e a transformada Escola de Professores de Posto Eng. Canto Resende. O ensino superior era inexistente no território timorense, mas, a partir de meados dos anos 60, começam a sair alguns timorenses, na qualidade de bolsseiros, para estudar em Portugal.

Pesem embora os esforços dos missionários e um maior investimento da administração portuguesa na última década de colonização, a verdade é que, quando se deu a invasão indonésia, em 1975, o número de timorenses alfabetizados era muitíssimo reduzido³ e não mais de 30% da população era católica (Cunha, 2001). Ainda assim, foi neste período que, em português e maioritariamente nos colégios católicos, se formou uma elite timorense que, mais tarde, viria a estar na vanguarda da luta pela independência e na governação do país, declarado independente em 1975.

A língua portuguesa – língua de comércio, administração e instrução durante a colonização – e a religião católica andavam, claramente, de mãos dadas, expandiram-se mas, em 1975, atingiam apenas uma limitada franja da população. Apesar disso, estes dois ingredientes que entraram em Timor-Leste pela colonização, lançaram os fundamentos da identidade singular timorense – pela qual valia a pena resistir e lutar.

³ Estima-se que, em 1975, em Timor-Leste, a taxa de alfabetização rondasse apenas os 5% (PNUD, 2002).

A RESISTÊNCIA

“[a Língua Portuguesa] era uma das armas para contrapor à língua malaia no âmbito da luta cultural. (...) Sempre com o espírito de que a mesma será a nossa língua oficial, logramos conseguir aquilo que para muitos foi um sonho.”

Taur Matan Ruak⁴

“(…) além das qualidades humanas do próprio Povo, foi a Língua Portuguesa, bem como a ‘sua família de povos’ e a formação cristã ao longo de séculos, que adestrou o Povo Timorense para enfrentar gigantes.”

Pe. João Felgueiras, S.J.⁵

A invasão indonésia aconteceu num momento político conturbado em Portugal e em Timor-Leste, após a revolução de abril de 1974 e o conseqüente início do processo de descolonização, marcado pelo surgimento dos partidos políticos em Timor-Leste e por negociações, alianças e desentendimentos entre estes. Aproveitando a divisão entre os timorenses, e depois da proclamação unilateral da independência, por parte da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), a Indonésia invade, ocupa, e mais tarde anexa formalmente, o então território do Timor português, numa ação condenada por Portugal e pela Organização das Nações Unidas (ONU). Tem, então, lugar, o segundo genocídio do povo de Timor-Leste, a que se fez anteriormente referência – um genocídio prolongado, que o historiador José Mattoso descreveu como “(...) uma das mais cruéis ocupações militares de um território por um país estrangeiro (...)” (*in* Instituto Camões, 2001).

Numa reação imediata, Portugal, embora politicamente fragilizado – e com uma visão do seu espaço estratégico completamente reduzida, com o fim do império colonial –, rompe relações diplomáti-

⁴ *In* Instituto Camões, 2001 (pág. 41).

⁵ *In* Instituto Camões, 2001 (pág. 46).

cas com a Indonésia e não deixa de assumir a sua condição de potência administrante do território de Timor-Leste. Junto da ONU, o governo português solicita o repúdio da ação levada a cabo pelas forças militares indonésias e coloca, assim, a partir daí, a questão de Timor-Leste na agenda internacional. Até 1982, por várias vezes, o assunto é debatido na Assembleia Geral da ONU, são aprovadas resoluções, sempre no sentido de dar ao povo timorense o direito a decidir o seu futuro, mas, na prática, no essencial, a situação mantém-se: a Indonésia continua a ocupar Timor-Leste e o povo continua impedido de escolher livremente o seu destino.

Embora firme na posição, e empenhado na ação, Portugal teve, até 1986 – numa fase em que negociava a adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE) –, limitada capacidade de influência junto dos seus parceiros europeus, por uma aliança na defesa por Timor-Leste. A partir desse ano, porém, Portugal começa a ser muito mais audaz na política externa no que diz respeito a Timor-Leste, sendo de salientar a corajosa intervenção de Mário Soares, no Parlamento Europeu, reafirmando o direito à autodeterminação do povo *maubere*.

Em 1991, o condenável Massacre de Santa Cruz acaba por se tornar um verdadeiro acontecimento portador de futuro. As imagens, filmadas pelo jornalista britânico Max Stahl, passam para o mundo e provocam, em Portugal, a comoção nacional: naquele cenário chocante, do outro lado do planeta, jovens desprotegidos são abatidos a tiro, enquanto se reza em português. A língua portuguesa e a fé associam-se e unem dois países, dois povos, a milhares de quilómetros de distância.

Sobretudo a partir desta data, Portugal empenha-se na defesa de Timor-Leste já não apenas no plano diplomático-oficial, mas também na cidadania, com o governo a articular-se com várias Organizações Não Governamentais (ONG) portuguesas – entre as quais, o Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), com um papel fundamental – criando e fazendo crescer redes solidárias pelo povo timorense. Sucedem-se as ações de solidariedade na sociedade civil e, até, no meio artístico. Quando, em 1996, o Prémio Nobel da Paz é atribuído a dois líderes timorenses, José Ramos-Horta e D. Carlos Ximenes Belo, já a causa de Timor-Leste era amplamente defendida nos vários sectores em Portugal, ultrapassando, em definitivo, a esfera política.

Enquanto a diplomacia, portuguesa e timorense – em Timor-Leste e sobretudo na Diáspora – se desdobrava na luta pela independência, no território de Timor-Leste o povo resistia e a “Frente Armada” (as Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor-Leste, FALINTIL) lutava contra as forças da ocupação. Para além de Portugal, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) estiveram, desde a primeira hora, na linha da frente pela defesa da causa timorense.

A língua portuguesa e a religião católica, elementos diferenciadores de Timor-Leste relativamente ao meio circundante, e que uniam portugueses e timorenses, tonaram-se poderosas “armas” da resistência timorense à ocupação indonésia (entre 1975 e 1999), numa luta imparável pela soberania e pela liberdade.

Foi mesmo durante os 24 anos em que o território esteve sob domínio indonésio, que a religião católica se expandiu de modo impressionante, fruto de dois fatores fundamentais (Cunha, 2001), para além, é evidente, da crença natural do povo. Por um lado, o governo da Indonésia obrigava todos os cidadãos à escolha de uma religião – escolha essa que, no caso dos habitantes de Timor-Leste, recaiu de modo natural sobre a religião católica, que haviam conhecido durante séculos, com a presença portuguesa. Por outro lado, o catolicismo representava para os timorenses, num contexto geográfico dominado pela religião muçulmana, algo de diferenciador – que muito contribuiu para a singularidade identitária, a que já se fez referência. Assim se justifica que, quando teve lugar o referendo de agosto de 1999, a grande maioria da população fosse, de facto, católica, tornando este, proporcionalmente, o maior país católico do mundo.

Tal como a fé católica, a língua portuguesa sobreviveu à ocupação indonésia, e fê-lo em circunstâncias particularmente difíceis, uma vez que, ao contrário da religião, chegou mesmo a ser proibida. A este propósito, Taur Matan Ruak (*in* Instituto Camões, 2001) refere:

(...) aos que ficaram no país, particularmente sob o controle administrativo do ocupante, foram-lhes retirados progressiva e inteligentemente a possibilidade de continuarem a falar o português, com pesadas imposições, nomeadamente, a proibição do uso da língua portuguesa, introdução e projeção da língua malaia, restrições e limitações do ensino do português, reservando-a apenas no ensino do Externato de São José e no Seminário em Balide, para mais tarde o abolir totalmente.

Ao mesmo tempo que o governo indonésio investia na alfabetização do povo, fazendo-o na língua nacional daquele país, a resistência dos timorenses, apoiada e incentivada por corajosos membros do Clero, permitiu manter a língua portuguesa viva, tornando-a também um elemento crucial na construção da identidade. Falar português era, mais uma vez, fator de diferenciação em relação ao meio geográfico circundante. Não é, por isso, de estranhar que esta tenha sido a língua utilizada, durante muito tempo, pela Frente Armada timorense, para comunicar internamente e com o exterior, com Portugal e com os países de língua portuguesa. Novamente Taur Matan Ruak (*in* Instituto Camões, 2001), vivendo esta realidade na primeira pessoa, expressa assim a situação:

(...) a língua oficialmente utilizada pela Resistência era o português, falado e escrito em qualquer tipo de comunicação, desde o topo até à base. Embora lutássemos com dificuldades de toda a ordem, utilizávamos todos os recursos disponíveis para não só preservar a língua, mas, essencialmente, expandi-la aos menores e analfabetos, através de aprendizagem, até utilizando para isso carvão e casca de certas plantas para servir de papel.

A resistência da língua portuguesa em Timor-Leste, mesmo proibida, e mesmo sendo, na prática, falada por uma minoria da população, justifica-se por esta ser “(...) um elemento essencial e inalienável da identidade nacional (...)” (Geoffrey Hull, *in* Instituto Camões, 2001).

Podemos, por isso, afirmar que a língua portuguesa e a fé católica não apenas resistiram à ocupação indonésia, como ajudarão a explicar aquilo que é notável, e incompreensível para muitos estrangeiros: como é que, depois de séculos de colonização portuguesa com resultados muito reduzidos a nível do desenvolvimento do território, a relação afetiva com Portugal – e com os restantes países de língua portuguesa – se manteve e até fortaleceu.

De facto, a relação histórica, de 500 anos, marcada por um processo de colonização, entre Portugal e Timor-Leste, é hoje uma relação de afetos, densa de riqueza emocional entre os dois povos. E, indiscutivelmente, o movimento português – e dos países de língua portuguesa, individualmente e no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – de solidariedade para com Timor-Leste é um pilar fundamental, que ajudou a sustentar a soberania. Podemos mesmo afirmar que a causa de Timor-Leste se tornou fator aglutinador dos países da CPLP.

A TRANSIÇÃO: PAPEL DE PORTUGAL NA DEFESA E SEGURANÇA

“FALINTIL, Identidade Nacional, Libertação e Independência tornaram-se sinónimos”

Sérgio Vieira de Mello⁶

“A missão das FDTL será a de garantir a defesa da nossa Pátria, do novo Estado soberano de Timor-Leste, em total respeito pelas novas instituições democráticas e o poder político democraticamente eleito pelo nosso Povo”

Taur Matan Ruak⁷

As negociações conduzidas no quadro da ONU, desde a aprovação da última Resolução (37/30, de 23 de Novembro de 1982) da Assembleia Geral da ONU sobre Timor-Leste, resultaram na assinatura, entre Portugal e a Indonésia, em 5 de Maio de 1999, do Acordo de Nova Iorque, abrindo portas à realização do referendo sobre a autodeterminação. Após a realização do referendo, e com a proclamação dos resultados que deram uma larga vitória à escolha pela independência, Timor-Leste volta a ser palco de grande violência, destruição e morte.

Uma vez mais, Portugal coloca-se inteiramente ao lado de Timor-Leste. Assim, e depois de ter participado na componente naval (com a fragata Vasco da Gama) da primeira força internacional (*International Force in East Timor*, INTERFET) enviada a Timor-Leste para restabelecer a paz e a segurança no país (Palma, 2005), Portugal integrou, desde o início, em 2000, a *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET), constituída pela ONU para consolidar a segurança e apoiar a transição para a independência integral de Timor-Leste. A UNTAET, nos termos da Resolução n.º 1272 do Conselho de Segurança da ONU, estava “(...) dotada de responsabilidade global pela administração do território e de poderes para exercer toda a autoridade legislativa e executiva, incluindo a administração

⁶ Palavras proferidas em 2001, durante a cerimónia de transição das FALINTIL para as Forças de Defesa de Timor-Leste.

⁷ Discurso proferido em 2001, durante a cerimónia de transição das FALINTIL para as Forças de Defesa de Timor-Leste.

da justiça, durante o período de transição (...)” (Gorjão, 2004). Para além da segurança e da administração, aquela missão da ONU assumia, ainda, funções a diversos outros níveis, designadamente apoio ao desenvolvimento de serviços sociais e civis, apoio em matéria de reconstrução de infraestruturas e coordenação e distribuição de ajuda humanitária.

A força portuguesa que integrou a UNTAET era constituída pelos 3 ramos das Forças Armadas portuguesas – a Marinha, o Exército e a Força Aérea – tendo Portugal assumido, sem dúvida, um papel de destaque nesta missão de paz da ONU, com um número muito significativo de efetivos, integrando o Quartel-General da *Peace Keeping Force* (PKF), um Batalhão de Infantaria (PORBATT) – que incluía um Destacamento de Engenharia e uma Companhia de Fuzileiros Navais da Armada – e um destacamento de helicópteros da Força Aérea (PORAVN) (Palma, 2005). O Batalhão português assumia o comando do Setor Central (que incluía Díli). Para além das operações de segurança, o contingente português apoiava a Administração Transitória de Timor-Leste (ETTA) e intervinha em ações de reconstrução de infraestruturas, ajuda humanitária e serviço social básico (designadamente na área da saúde). De modo autónomo, fora do âmbito da UNTAET, Portugal manteve também outras missões no território timorense, nomeadamente fragatas e um avião da Força Aérea C-130.

A participação, no quadro da UNTAET, da Guarda Nacional Republicana (GNR) – constituindo uma Força de Intervenção Rápida – e da Polícia de Segurança Pública (PSP) foram fundamentais para a garantia da segurança, da lei e da ordem pública, nesta fase de transição, assegurado que estava o patrulhamento de parte muito significativa do território, a salvaguarda de resposta imediata em situações de busca e salvamento e de captura, e a formação das forças policiais e de segurança do país.

Nesta fase de grande importância para a construção do futuro coletivo de Timor-Leste, Portugal não apenas garantiu a presença física dos seus militares, como também enviou – e foi o primeiro Estado a fazê-lo – assessores para, com timorenses, ajudar a trabalhar a defesa nacional do novo país. A construção da componente militar do Estado de Timor-Leste deve muito a esta cooperação.

De facto, os responsáveis timorenses tinham já a profunda convicção de que o país, face à sua história e à sua posição geográfica estratégica, precisaria dispor de uma componente militar, com forças armadas, e não apenas de forças policiais. Contudo, a efetiva criação, em 2001, das Forças de Defesa timorenses (F-FDTL) – com a integração das FALINTIL, então uma força de guerrilha, acantonada desde 1999 – que teve lugar na sequência de um estudo próprio, foi facilitada pelo apoio de Portugal, que se colocou inteiramente ao lado das autoridades timorenses na defesa de Forças Armadas próprias para o país. É preciso recordar que “inicialmente, a ONU e alguns países anglo-saxónicos defendiam para Timor-Leste o modelo da Costa Rica, apenas com uma Força policial” (Simões, 2012).

Ultrapassada a decisão de dispor de Forças Armadas próprias, a Timor-Leste era colocado um novo desafio: o Mar. Tratava-se de definir a composição das F-FDTL, e, em particular, se estas deveriam ou não contar com uma componente Naval. Pela caracterização geográfica do país⁸, pela sua localização estratégica⁹ e pela importância económica do mar para Timor-Leste¹⁰, que a história bem demonstra, parecia evidente a necessidade de dispor de uma componente naval. Contudo, e uma vez mais, foi Portugal a colocar-se ao lado de Timor-Leste na defesa desta intenção.

Desde o início, Portugal apoiou a formação das novas Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), nos ramos da Marinha e do Exército, tendo ajudado a formar militares e dirigentes.

⁸ Timor-Leste é uma meia ilha, com um enclave localizado na parte ocidental/indonésia da Ilha de Timor.

⁹ Note-se que, junto à costa norte de Timor-Leste, em frente à ilha de Ataúro, passa um dos maiores estreitos do mundo, onde navegam submarinos nucleares americanos.

¹⁰ Foi pelo mar que os portugueses chegaram à Ilha de Timor, era por mar que os comerciantes desenvolviam a sua atividade e, durante a colonização portuguesa, grande parte do comércio continuava a ser feito pela via marítima. Sendo particularmente rico em fauna marítima, o mar representa também, para o país, uma oportunidade ao desenvolvimento da pesca. Para além disto, o Mar de Timor (a sul da ilha, entre Timor-Leste e a Austrália) tem hoje indiscutível importância económica, face aos poços de petróleo e gás natural.

A RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA E A COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

“(...) a construção de uma vizinhança não nasce da geografia mas de um parentesco que é da alma comum e da história partilhada.”

Mia Couto¹¹

“(...) as relações de cooperação Portugal-Timor-Leste não têm limites. Não creio que haja dois países no mundo que tenham estas relações tão íntimas”

José Ramos-Horta¹²

Depois de um período de transição, sob a administração da ONU, Timor-Leste restaurou a sua independência em Maio de 2002 e tornou-se, pouco depois, o 191º membro de pleno direito da ONU – numa adesão formalmente proposta por Portugal.

Nos termos da Constituição da República Democrática de Timor-Leste (CRDTL), à F-FDTL cabe garantir “(...) a independência nacional, a integridade territorial e a liberdade e segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externa, no respeito pela ordem constitucional” (artigo nº. 146 da CRDTL), e a Polícia Nacional (PNTL) “(...) defende a legalidade democrática e garante a segurança interna dos cidadãos (...)” (artigo nº. 147 da CRDTL). As forças de defesa e segurança do país têm, assim, funções essenciais na garantia da Segurança coletiva (a nível interno e externo) e na consolidação e defesa da Democracia e da Soberania Nacional.

Na concretização destas funções fundamentais, o Estado timorense apostou fortemente na profissionalização e na formação das F-FDTL e da PNTL, procurando, para isso, construir alianças e pontes

¹¹ “Parentesco de alma” é uma expressão usada por Mia Couto para se referir às relações profundas e históricas entre países, independentemente da sua proximidade geográfica. Esta frase consta da recente carta aberta do escritor ao Presidente da África do Sul.

¹² Horta (1999).

com países parceiros – e Portugal teve, e tem, nesta área, um papel fundamental.

A Cooperação Técnico-Militar (CTM) entre os dois países soberanos foi formalizada no próprio dia da restauração da independência, com a assinatura do *Acordo de Cooperação Técnico-Militar*, que previa formação e assessoria técnica, devendo os diferentes projetos de cooperação ser especificados em Programas Quadro bilaterais.

Desde o estabelecimento do primeiro Programa Quadro, a CTM tem assentado em diversos projetos, centrados na formação e assessorias, sendo também de realçar a oferta de materiais e equipamentos, incluindo fardamentos e duas lanchas. Destes projetos, destacam-se as assessorias técnicas à estrutura superior da defesa (Ministério da tutela) e das F-FDTL (Estado-Maior General das F-FDTL) e às Componentes Naval e Terrestre das F-FDTL (incluindo treino operacional) e a formação de militares no Centro de Instrução Militar Comandante Nicolau Lobato, em Metinaro, para além da formação em Portugal e da formação em língua portuguesa. A este propósito, note-se que, em 2014, foi, entretanto, celebrado um novo Memorando de Entendimento entre Portugal e Timor-Leste, prevendo a constituição de um Centro de Língua Portuguesa para as Forças de Defesa.

Ainda no âmbito da cooperação nesta área, e tendo já as F-FDTL a funcionar os ramos do Exército e da Marinha – embora que esta última seja, ainda, embrionária –, foi elaborado, pela Força Aérea portuguesa, e está a ser analisado pelas F-FDTL, um estudo sobre a necessidade e possibilidade de Timor-Leste poder criar também uma componente aérea.

A formação de forças nacionais timorenses tem tido lugar também no domínio da segurança interna, com o apoio à Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), sendo que a cooperação com Portugal tem vindo também a ajudar a garantir independência e neutralidade no recrutamento de polícias para a PNTL.

A defesa da soberania, integridade do território nacional e independência – conceitos intrinsecamente associados – assim como a garantia da paz, ordem pública e segurança das populações, passam, numa primeira análise, pela defesa das fronteiras (terrestres, marítimas e aéreas) nacionais e por assegurar proteção policial e militar do Estado e dos cidadãos contra ameaças internas e externas. Neste capítulo, como se referiu, a cooperação entre Portugal e Timor-Leste tem, de facto, sido fundamental, produzindo resultados assumidamente positivos.

A GLOBALIZAÇÃO E AS NOVAS AMEAÇAS: FUTURO PARA A COOPERAÇÃO

“(...) a nossa independência deveu-se à força das armas mas também à diplomacia e ao jogo de alianças.”

Rui Pereira¹³

As palavras de Rui Pereira, então Ministro português da Administração Interna, referem-se a Portugal, mas poderiam referir-se a Timor-Leste. E se, ao lado da resistência armada, a diplomacia e as alianças foram fundamentais na conquista da independência, elas assumem, hoje, uma importância cada vez maior, face à nova ordem mundial.

Nos últimos anos, o mundo mudou muito. Após a queda do Muro de Berlim e o fim da guerra fria e do mundo bipolar, os EUA surgem como a maior potência mundial, sobretudo a nível de poder militar. Porém, simultaneamente, assiste-se a um acelerar do processo de globalização, marcado pelas novas tecnologias, pela rápida difusão da informação, pelo desenvolvimento das comunicações, pela crescente mobilidade de capitais financeiros e pelo estreitar das relações económicas e comerciais, com o aumento da interdependência das economias e o desaparecimento de fronteiras. Com a consagração de um multilateralismo, concluímos que, depois de uma afirmação efémera de um mundo unipolar “comandado” pelos EUA, assistimos hoje a um mundo multipolar, com o aparecimento de novas potências económicas, como a China, a Índia, a Indonésia ou o Brasil.

Neste mundo cada vez mais globalizado, as fronteiras físicas tendem a reduzir-se (ou a flexibilizar-se) pondo em causa a noção convencional de soberania nacional. As novas ameaças são transnacionais, globais, ultrapassam largamente as questões militares e têm origem também em atores sem dimensão estatal. O monopólio da violência e da guerra deixou de ser um privilégio do Estado, estando, cada vez mais, ao alcance de outros agentes, muitas vezes micro-agentes.

Mais do que os riscos associados a uma guerra tradicional, por via das armas, hoje as ameaças aos Estados são de natureza não mili-

¹³ Palavras proferidas por Rui Pereira, então Ministro da Administração Interna de Portugal, em 2010, no Congresso Nacional de Segurança e Defesa, em Lisboa.

tar, incluindo crises económico-financeiras provocadas por comportamentos especulativos e por fatores externos aos países, muitas vezes fora do seu real controlo. Entre as ameaças não militares aos Estados, e para além das questões económicas que hoje dominam o mundo, contam-se o crime organizado em redes transnacionais (associado, por exemplo, a tráfico de drogas, pessoas e armas, e ao crime financeiro), o terrorismo, o fundamentalismo político e religioso, o desenvolvimento de armas nucleares e de destruição maciça, a migração ilegal, os ataques informáticos criminosos e a espionagem, as alterações climáticas, as catástrofes naturais (sismos, secas, inundações, tsunamis) e humanas (epidemias, vírus e fome) e os grandes desastres ambientais provocados pela ação humana (por exemplo, os fogos ou a poluição). O desenvolvimento tecnológico e a anulação de fronteiras tornam estas ameaças verdadeiramente imprevisíveis, deixando os Estados, cada vez mais interdependentes, extremamente expostos e vulneráveis.

Os problemas de segurança são, por isso, hoje, bastante diferentes dos tradicionais, pelo que exigem novas respostas, uma vez que “contra tais ameaças, de nada servem as armas tradicionais da panóplia militar” (Veríssimo, 2005). Os protagonistas são outros, muitas vezes sem rosto e sem dimensão estatal, mas com um poder de destruição avassalador. No fundo, os novos riscos e ameaças colocam novos desafios à defesa nacional e à atuação das Forças de Defesa e Segurança, na consciência de que a segurança tem que ser coletiva, regional, e aos países não resta outra alternativa do que a de reveritar a doutrina militar, e procurar alianças nos domínios económico, geopolítico e diplomático.

Face à nova realidade, nenhum país conseguirá, mesmo com forte poderio militar, assegurar, isoladamente, a sua segurança e defesa. Os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 nos EUA são a prova disso. Por outro lado, os efeitos dos novos riscos transcendem as fronteiras físicas dos países e têm efeitos a nível regional e, até, mundial. **Porque a segurança interna é, hoje, também ameaçada por fenómenos externos, torna-se fundamental garantir uma adequada articulação entre as forças policiais (tradicionalmente vocacionadas para a segurança interna) com as forças de defesa (voltadas para a defesa externa).**

Acresce que a formação de blocos regionais é, cada vez mais, uma forma comum que os Estados encontram para se protegerem num espaço económico e político mais alargado, ainda que para isso se disponham a perder autonomia na utilização de instrumentos de política económica.

No contexto geográfico em que Timor-Leste se insere não há, atualmente, conflitualidade aberta, de alta intensidade, mas existe muita disputa, por exemplo, na definição de fronteiras. Mesmo Timor-Leste terá, inevitavelmente, que desenvolver diálogo, com países da região, sobre as fronteiras marítimas. A diplomacia é, neste aspeto, a arma mais eficaz para garantir a segurança.

Por outro lado, todas as novas ameaças que atingem hoje os países, a que se fez referência, não deixam, obviamente, Timor-Leste de fora. O país, até pela sua dimensão, terá também que se afirmar pela via económica e pela diplomacia, construindo alianças, estabelecendo Acordos, com países da região e com outros parceiros que lhe são próximos, com destaque para Portugal e para os países de expressão portuguesa.

Se, através da diplomacia, Timor-Leste for bem percecionado no mundo, será mais fácil construir alianças e, com elas, construir a defesa nacional. De facto, depois de ter tido um papel fundamental na luta pela libertação nacional, a diplomacia assume-se hoje como a primeira linha de defesa do país. E a defesa do país é entendida num sentido amplo, que ultrapassa a defesa militar.

Como bem notou Rui Pereira, o fenómeno da Globalização das economias pode ter diluído fronteiras, mas não passou a dar menos responsabilidades aos Estados na defesa dos seus interesses (incluindo económicos), pelo contrário. Mais, “os conceitos de soberania, de segurança interna e de defesa nacional continuam (...) a ser plenamente válidos” e “as Forças Armadas continuam a desempenhar um papel insubstituível em benefício do Estado e do povo (...)” (Pereira, 2010).

Devemos hoje, contudo, entender a soberania de um modo diferente, não apenas, ou não fundamentalmente, assente nas fronteiras físicas do Estado, mas na sua identidade própria. Para se protegerem e protegerem os seus cidadãos, os Estados são hoje obrigados a construir alianças e a concertar estratégias com outros Estados, de um modo integrado, sem perder a sua identidade.

É este também o desafio que se coloca a Timor-Leste e Portugal. Uma vez mais, os cinco séculos de relacionamento entre os dois

países e o facto de partilharem uma língua e história comuns, torna Portugal e Timor-Leste, usando a expressão de Mia Couto, “parentes de alma”, facilitando a construção de alianças e defesa comum. Esta (nova?) abordagem tem influência sobre a configuração da cooperação entre os dois países, mesmo nas áreas da defesa e segurança, exigindo um papel renovado à diplomacia.

Podem e devem, por isso, surgir novas (ou renovadas) formas de cooperação entre portugueses e timorenses, no campo da sociedade civil, académico, e também entre os dois Estados.

Em primeiro lugar, na Língua e na Educação, criando condições para, em definitivo, promover a expansão e o ensino do português e em português. Para isso, dois aspetos devem ser considerados. Por um lado, a aposta na implantação de escolas de raiz, que formem professores. Por outro lado, a construção de uma “rede” de espaços/escolas onde se ensine a língua portuguesa além fronteiras, designadamente e principalmente na Indonésia, onde milhares de jovens timorenses prosseguem os estudos. Esta será, por certo, a forma de expandir e consolidar a nossa língua, de modo a que ela se torne fator de união e identidade, e não fator de discriminação. Mas, a promoção e a defesa da língua portuguesa deve continuar a ser feita, em Timor-Leste, uma ótica de estreita parceria com o Tétum – e a história mostra como esta convivência não só é possível como é desejável e enriquecedora.

Em segundo lugar, na transmissão e produção de conhecimento, colocando-o ao serviço de áreas e setores fundamentais ao desenvolvimento e ao progresso, numa forma de defesa comum contra novas ameaças. Neste âmbito, domínios relevantes para o desenvolvimento e a promoção do bem-estar em Timor-Leste são, por exemplo, a agricultura ou a prevenção e gestão de riscos de desastres (queimadas, fogos, sismos, alterações climáticas, vírus, pragas, fungos, pandemias, etc.) – em ambos, o conhecimento tecnológico, promovido pela cooperação, pode desempenhar um papel chave.

Em terceiro lugar, na construção de uma estratégia em relação ao Mar. O Mar aproximou os dois povos, possibilitou aos portugueses chegarem a Lifau, e é, hoje, um enorme desafio para Timor-Leste. Como se referiu, Portugal esteve ao lado dos timorenses na decisão de levantar uma componente naval, integrada nas Forças Armadas, dada a grande relevância – geopolítica e económica – do Mar para Timor-Leste. O contínuo apoio na formação de marinheiros e na definição

da autoridade marítima timorense poderá ser um importante pilar da cooperação bilateral entre os dois países.

Em quarto lugar, na continuidade de apoio à capacitação institucional, através de assessorias técnicas, em diversos domínios, voltadas para a formação – e nunca para a substituição – promovendo a transmissão de conhecimentos e *savoir faire*. A educação é, sem dúvida, um dos domínios onde o apoio técnico é bastante relevante.

Outros são a segurança e a defesa – vetores que, apesar de tudo, se mantêm como indispensáveis num Estado moderno. A continuidade da cooperação nesta área, sobretudo através de assessorias técnicas e formação, assume grande importância. Para além de assegurarem a defesa nacional (cada vez mais, necessariamente em articulação com as forças policiais), a paz e a ordem pública, as Forças Armadas podem ser um importante instrumento de projeção internacional do Estado, participando de operações de manutenção da paz – o reforço contínuo da capacitação é, por isso, fundamental.

Em quinto lugar, no desenho de Acordos de parceria que promovam o desenvolvimento económico, em diferentes sectores, e a construção de políticas públicas inclusivas. A economia é hoje o grande motor do desenvolvimento e as parcerias neste domínio, ajudam na defesa contra novas ameaças, num mundo globalizado e multilateral. Mas, por outro lado, políticas públicas que excluam e discriminem indivíduos e grupos, tendem a gerar medo, insegurança, instabilidade e até violência – a segurança passa, por isso, pela construção de políticas inclusivas, sem detrimento dos aspetos económicos.

Finalmente, em sexto lugar, na diplomacia, permitindo, por exemplo, estabelecer consensos em matérias relevantes em fóruns internacionais e defender os interesses comuns no mundo.

Resta acrescentar que, para além da relação bilateral entre Portugal e Timor-Leste, e atendendo a que vivemos hoje num mundo multilateral e interdependente, a cooperação, a todos os níveis referidos, pode e deve ser experimentada no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – e isto obriga a repensar e a desenhar uma visão estratégica para a CPLP. O estreitamento da cooperação no âmbito da CPLP exige esforços comuns, na certeza de que a mobilidade menos dificultada contribui para reforçar o sentido de pertença a uma mesma família.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Madalena (2012). *A Missão de Remexio – Um caso de transição das religiões tradicionais para o cristianismo no contexto das missões católicas de Timor*. Dissertação de Mestrado em Estudos da Religião, Especialização em História e Teologia das Religiões. Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, Portugal.
- ASSEMBLEIA CONSTITUINTE (2002). *Constituição da República Democrática de Timor-Leste*. Díli, Timor-Leste.
- BRANCO, Martins (2009). *A participação de Portugal em operações de paz. Êxitos, problemas e desafios*. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. 6:86-141.
- CUNHA, João Solano C. (2001). *A questão de Timor-Leste: origens e evolução*. Centro de Estudos Estratégicos. Fundação Alexandre de Gusmão. Coleção de Altos Estudos. Instituto Rio Branco. Brasília, Brasil.
- FIGUEIREDO, Luís (2011). *As operações de Apoio à Paz e a Cooperação Técnico-Militar Portuguesa*. IDN brief. Portugal: IDN.
- GARCIA, Francisco Proença (2006). *As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados*. Revista Negócios Estrangeiros n.º 9.1. Março 2006: 339-374.
- GORJÃO, Paulo (2004). *O legado e as lições da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. *Análise Social*. Vol.XXXVIII(169):1043-1067.
- HORTA, José Ramos (1999). *A Política Externa de Timor*. In Revista “O Mundo em Português”. Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. Ano I, nº2. Portugal.
- INSTITUTO CAMÕES (2001). *Timor Lorosa’e*. Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas, número 14. Lisboa, Portugal: MNE.
- PALMA, Elisabete Cortes (2005). *Portugal em Timor-Leste: INTERFET e UNTAET*. Revista Janus – A Guerra e a Paz nos nossos dias. Lisboa, Portugal.
- PEREIRA, Rui (2010). *Segurança Interna e Defesa Nacional – Autonomia e convergência das funções de soberania*. Discurso no 1º Congresso Nacional de Segurança e Defesa. Lisboa, Portugal.
- PNUD (2002). *Relatório do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste, 2002- O caminho à nossa frente*. Díli: PNUD.
- SIMÕES, José Manuel Neto (2012). *Novo modelo das Forças Armadas de Timor-Leste (FALINTIL-FDTL)*. Jornal de Defesa e Relações Internacionais. Portugal.
- THOMAZ, Luis Filipe F. R. (1994). *De Ceuta a Timor*. Viseu, Portugal: DIFEL.
- VERÍSSIMO, Henrique (2005). *Economia e Defesa: a defesa económica como componente da defesa nacional*. Instituto da Defesa Nacional. Revista Nação e Defesa n.º. 110 – 3ª série: 167-189.